

Os pioneiros egressos da primeira turma de formados na primeira Casa Familiar Rural – CFR Santo Agostinho - Quilombo - S.C.

 Luiz Monteiro¹,  Valdir Skrzypczak²,  Marli Terezinha Szumilo Schlosser³,  Carmen Rejane Flores⁴

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação em Geografia-Doutorado-Universidade Estadual do Oeste do Paraná Rodovia Vitório Traiano, Km 499 - Contorno leste-Bairro Água Branca - Francisco Beltrão – PR. Brasil. ² Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. ³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ⁴ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Autor para correspondência/Author for correspondence: lupamonteirodom20@gmail.com

RESUMO. O objetivo deste artigo é divulgar um recorte da pesquisa de pós-graduação: “O Viver e o Produzir a partir da formação além da técnica: “O caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997”, a primeira CFR no estado de Santa Catarina. Para este trabalho, foi utilizado o método dialético, tratando também de elementos de sucessão geracional dos sujeitos do campo, no contexto de sua formação educacional no/do Campo, a partir da Pedagogia da Alternância. O grupo pesquisado tem idades que variam de 35 a 45 anos de idade.

Palavras-chave: perfil dos jovens rurais egressos, sucessão familiar, pedagogia da alternância.

The pioneers who graduated from the first class of graduates at the first Rural Family Home – CFR Santo Agostinho - Quilombo - S.C.

ABSTRACT. The objective of this article is to disseminate an excerpt from postgraduate research: “Living and Producing from training beyond technique: “The case of graduates from Rural Family Home Santo Agostinho/Quilombo, SC, in the period from 1990 to 1997”, the first CFR in the state of Santa Catarina. For this work, the dialectical method was used, also dealing with elements of generational succession of rural subjects, in the context of their educational training in/from the Countryside, based on the Pedagogy of Alternation. The group researched ranges in age from 35 to 45 years old

Keywords: profile of young rural graduates, family succession, alternation pedagogy.

Los pioneros que se formaron de la primera promoción de graduados de la primera Casa Familiar Rural – CFR Santo Agostinho – Quilombo – S.C.

RESUMEN. El objetivo de este artículo es difundir un extracto de la investigación de posgrado: “Vivir y Producir desde la formación más allá de la técnica: “El caso de los egresados de la Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, en el período de 1990 a 1997”, la primera CFR en el estado de Santa Catarina. Para este trabajo se utilizó el método dialéctico, abordando también elementos de sucesión generacional de sujetos rurales, en el contexto de su formación educativa en/desde el Campo, basado en la Pedagogía de la Alternancia. El grupo investigado tiene edades comprendidas entre 35 y 45 años.

Palabras clave: perfil de jóvenes egresados rurales, sucesión familiar, pedagogía de la alternancia.

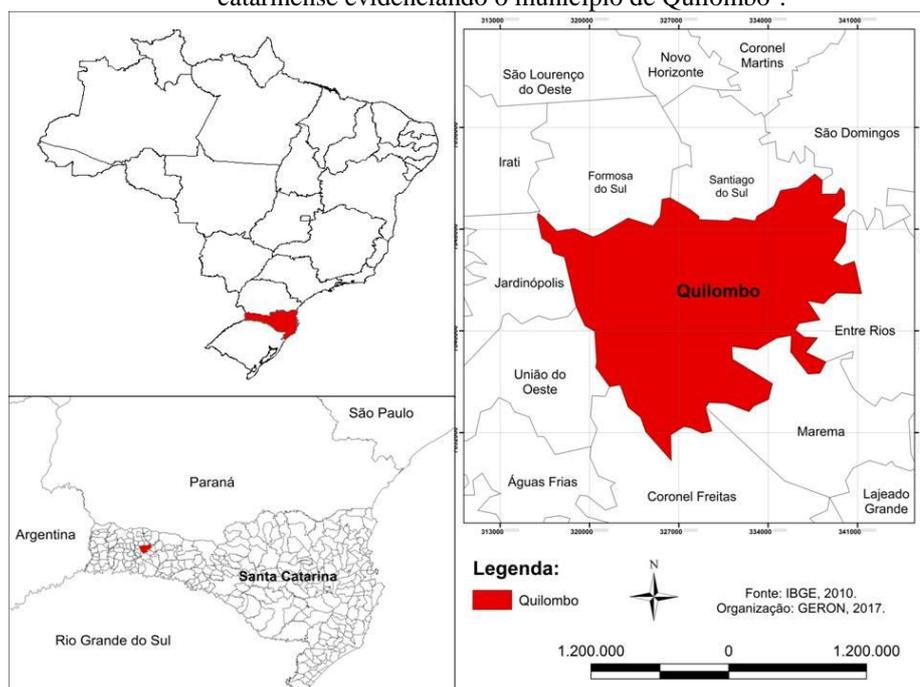
Introdução

O artigo traz à discussão os elementos da identidade do primeiro grupo de egressos da Primeira Casa Familiar Rural de Santa Catarina, na cidade de Quilombo, localizada no Oeste catarinense¹.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada com a primeira turma de jovens egressos na Casa Familiar Rural de Quilombo, localizada no Oeste de Santa Catarina.

De acordo com a figura 1, a área de estudo compreende o município de Quilombo, no Oeste catarinense, onde foi implantada a primeira Casa Familiar Rural - CFR no Estado de Santa Catarina, em 1997. Ao traçar os aspectos metodológicos da pesquisa, procurou-se desvendar elementos fundantes na formação dos jovens egressos dessa primeira turma; também, será analisado o contexto histórico da época, bem como a atual situação desses jovens, com contrapontos com a formação recebida comparativamente à escola tradicional².

Figura 1 – Representação do Brasil, Estado de Santa Catarina, com destaque para o recorte da região Oeste catarinense evidenciando o município de Quilombo³.



Fonte: IBGE, 2010 organização de Geron, 2017.

O município de Quilombo está localizado a 45 quilômetros de Chapecó, polo regional do Oeste catarinense e a 680 km da capital do Estado, Florianópolis.

É importante destacar que, para a realização da pesquisa sobre os jovens egressos da CFR Santo Agostinho, inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica em teses, dissertações, monografias e artigos científicos relacionados à formação da Pedagogia da Alternância - PA, Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e às CFRs. Desta forma, foram realizadas pesquisas sobre os diferentes conceitos vinculados à Pedagogia da Alternância, da estrutura metodológica no contexto de Educação do/no Campo, da história da CFRs, da formação recebida pelos jovens egressos, bem como do perfil socioeconômico atual desses sujeitos e como foram preparados para o mundo do trabalho.

A análise qualitativa das entrevistas proporcionou o suporte das informações recolhidas e analisadas metodologicamente, a partir da problematização e da organização da pesquisa científica. Assim, pode-se afirmar que a análise “... e a incorporação dos dados contraditórios” possibilitam o uso “... de diferentes técnicas de investigação”, como a pesquisa de campo e as entrevistas (Sposito, 2001, p. 102), na busca de compreender a história de vida dos sujeitos da pesquisa, assim como a PA.

Foram entrevistados 10 (dez) jovens egressos da primeira turma, 10 (dez) pais dos jovens egressos da primeira turma, 3 (três) monitores⁴ que trabalharam com a primeira turma, 3 (três) parceiros da CFR Santo Agostinho que contribuíram na sua constituição – com o objetivo de analisar a importância da PA na vida dos sujeitos.

Para Frasson (2014, p. 24), o método dialético também possibilita construir e desconstruir o discurso e fazer o contradiscurso, pois, a partir do recorte espacial, permite a leitura da totalidade. É importante destacar que atualmente na sociedade capitalista, as contradições existentes são gritantes. Compreende-se que essas contradições pressupõem a dialética do sistema capitalista, coincidindo com a teoria e a práxis, e buscando a transformação revolucionária da realidade social (Löwy, 2009, p. 152).

Portanto, a pesquisa, busca elucidar aspectos relacionados à formação para o mundo do trabalho dos jovens egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, de Quilombo, da primeira turma que se formou no Estado de Santa Catarina, em 1997, tendo ingressado na instituição em 1993. Ainda, busca-se fazer uma análise da ação educativa dessa instituição e das repercussões por ela causadas no espaço socioeconômico das famílias desses jovens.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados os parceiros compreendidos como os artífices da implantação da CFR Santo Agostinho. Posteriormente, foram

identificados e escolhidos os pais, monitores e jovens que fizeram parte da pesquisa, observando a proximidade geográfica em relação à CFR, sujeitos de diferentes comunidades.

Focalizou-se, um estudo sobre os aspectos relacionados à situação socioeconômica, cultural, a participação social na comunidade dos jovens egressos, e o que a formação na instituição possibilitou aos jovens egressos da primeira turma formada na CFR Santo Agostinho, de Quilombo, Santa Catarina, a partir da P.A.

Identidade dos primeiros jovens formados pela Casa Familiar Rural de Quilombo - S.C.

Em termos de faixa etária, existem diferentes fundamentos para delimitar o que é juventude. Segundo o IBGE (2006), os jovens podem ser pessoas de 15 a 29 anos. Mas, por outro lado, é importante destacar que não existe uma juventude, mas uma diversidade de juventudes.

No caso específico deste estudo, a faixa etária desses sujeitos extrapola o limite de idade dos critérios expostos acima, e, dentro do contexto de CFR, existem jovens egressos. Os jovens egressos têm as idades que variam de 35 a 45 anos de idade. Hoje, dentro daquilo que o IBGE (2006) classifica como “jovem”, esses sujeitos estariam fora de tal categoria, sendo então considerados adultos. Porém na dinâmica de formação dos estudantes da CFR, são sempre denominados por “jovens”.

Falar em juventude do campo é falar de uma juventude que vinculou suas atividades de trabalho com um processo de precarização e, ao mesmo tempo, de significativo êxodo rural, mas com alguns lutando contra essa ação hegemônica. Pensa-se que os sujeitos que frequentaram a CFR Santo Agostinho também passaram por esse processo. Ao atender os anseios das famílias de agricultores, com o início das atividades letivas em 1993, a primeira turma da CFR Santo Agostinho, quando nasceu, buscou caminhos diferenciados para evitar esses dois processos. Começou com 33 jovens, filhos de camponeses familiares, divididos em duas turmas.

Eram jovens egressos das escolinhas multisseriadas municipais, e alguns deles já haviam parado de estudar em função da necessidade de ter que se deslocar à cidade para acessar a escola, e cursar as séries finais do Ensino Fundamental. Sendo que eles ficaram sabendo do nascimento e da existência da CFR Santo Agostinho por meio da divulgação realizada pelos órgãos públicos (EPAGRI⁵ e Prefeitura), pelo sindicato dos agricultores familiares, pela associação de agricultores e por meio de reuniões nas comunidades.

Segundo Caldart, Kolling e Cerioli (2002), a escola do campo é uma concepção que está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver.

Os jovens do campo, desde muito cedo, iniciam suas atividades na unidade de exploração familiar, nas diversas lidas do cotidiano; tanto na parte produtiva quanto na parte econômica, e dessa forma possuem a percepção das dificuldades encontradas nesse meio, assumem responsabilidades e conseguem introduzir inovações que facilitam o trabalho, potencializam a produção ou ainda amenizam as adversidades.

Para Frigotto (2012), os jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce, principalmente aqueles que vivem no campo. A inserção destes no mercado formal ou “informal” de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração – situação, portanto, muito diversa da dos jovens de “classe média” ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e juventude.

Nos primeiros sete anos de sua vida, a CFR atendeu os jovens filhos de camponeses que terminavam o primário (Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas da zona rural); sem perder o vínculo com as escolas no campo, passaram a frequentar essa instituição, procurando encontrar algumas respostas aos seus anseios e dificuldades e aos de suas famílias.

É importante destacar que na PA, o jovem é protagonista de sua formação, na vinculação de uma ideia de união em dois espaços primordiais: a escola e família, aliando a teoria e a prática. Contudo, não pode ser apenas uma troca física de espaços de vivência, mas um exercício filosófico de ação-reflexão-ação, como argumenta Gimonet (2007).

Nesse sentido, Wizniewsky (2010, p. 33) analisa:

O campo não é lugar de atraso, é história vivida. A escola do campo deve ser pensada para que seja viva, e interaja com o lugar e seus sujeitos. Para que a escola do campo seja viva, ela deve ser construída por sua comunidade, pensada para ajudar no processo de desenvolvimento social, para manter a cultura, a raiz e a história daquele lugar.

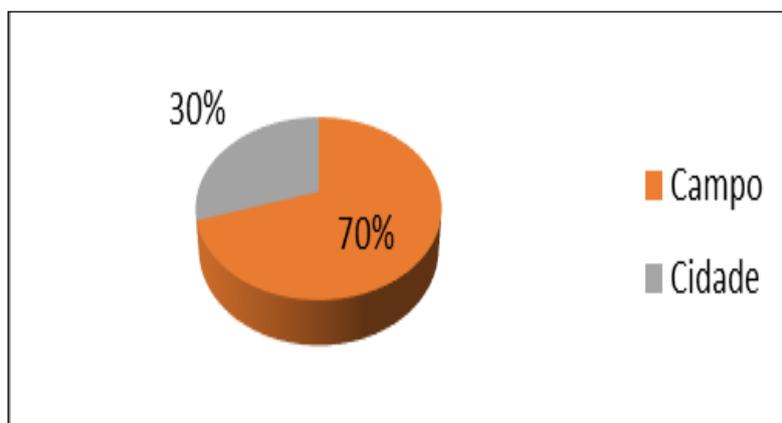
Pesquisar o perfil dos jovens egressos da CFR Santo Agostinho, em especial sua primeira turma, pressupõe analisar a realidade histórica desses sujeitos e suas famílias, neste

modo de produção que exclui, espolia e segrega; além de compreender como eles resistiram em não partir para a cidade, constituindo-se econômica, social e culturalmente no campo.

O campesinato foi tema de pesquisa de muitos estudiosos da Geografia Agrária, sobretudo no Brasil. Nesse contexto, entende-se que boa parte da população campesina, principalmente no que tange ao Oeste catarinense, tem vínculo direto com as grandes agroindústrias, fazendo desses sujeitos “parceiros” ou “integrados”.

De acordo com os dados levantados com os monitores da CFR, e nos demais procedimentos da pesquisa, como se pode constatar no gráfico 1, cerca de 70% dos jovens que passaram pela primeira turma permanecem no campo, desenvolvendo diferentes atividades.

Gráfico 1 – Estimativa dos Jovens egressos da CFR Santo Agostinho que permanecem no campo ou estão na cidade



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Os jovens entrevistados destacaram que, historicamente, a situação que viviam era de precariedade extrema, muitas vezes não possuíam infraestrutura básica para a sobrevivência, e a formação que recebiam não dava conta de mudar a realidade na qual estavam inseridos. O jovem I destaca: “... não tínhamos luz, não tínhamos ônibus, não tínhamos condições de ter um carro, tudo era sofrido, difícil, o que nos colocava em plenas condições para sair de casa, sair de casa em busca de um emprego na Aurora” (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Nesse sentido, Caldart (2012) identifica alguns traços que considera fundamental para pensarmos a Educação do/no Campo: ela identifica uma luta pelo direito de todos à educação; seus sujeitos são os sujeitos do campo; ela se faz vinculada às lutas sociais do campo; faz-se no diálogo entre seus diferentes sujeitos; identifica a construção de um projeto educativo.

Ao longo da trajetória histórica, o processo de industrialização e mecanização se vinculou à população campezina por meio das agroindústrias, que necessitavam de matéria-prima para fazer funcionar os abatedouros de aves e suínos na região Oeste catarinense. Os retornos dos entrevistados indicam que significativa parcela das famílias era integrada às agroindústrias, recebiam acompanhamento dos técnicos e acabavam por incorporar o “Pacote Tecnológico” do processo de modernização da agricultura em suas atividades laborais.

No caso específico dos jovens e famílias dos integrados e/ou parceiros, não poderiam mais criar aves e suínos para o consumo, somente aqueles destinados para o confinamento e abate agroindustrial, ou seja, sem vincular a produção desses animais para a subsistência, sem produção crioula.

Salienta-se que, ao passo que o capitalismo em suas relações mais perversas desestabiliza, em alguns casos, a lógica de produção, não o faz como um todo quanto à base da produção campezina. No caso dos jovens e suas famílias pesquisadas, 40% integraram-se à agroindústria, mesmo assim, registram-se resistências paralelas: outro grupo procurou alternativas de reproduzir-se socialmente, não se aliando ao capital agroindustrial.

Segundo Oliveira (1991), o sistema capitalista não se vincula exclusivamente à produção, mas está alinhado à circulação, à troca de mercadorias por dinheiro e vice-versa. Desta maneira, o processo de reprodução tônico do capital, ao mesmo tempo em que se reforça, é vinculado às relações não capitalistas. Assim, mesmo as famílias que são integradas ou parceiras, pelos seus depoimentos, ainda constituem ajuda nas atividades quando ocorre uma doença entre os vizinhos, participam de associações de agricultores (apicultores, por exemplo), participam de atividades vinculadas às comunidades, tanto religiosas quanto de lazer, troca de dias de trabalho, como também troca de mercadorias (“briques”), sem necessariamente utilizar dinheiro.

Mesmo assim, no caso brasileiro, há uma visão de dualidade do campo: aquele considerado rico e aquele considerado pobre. Salienta Abramovay (1992), que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica.

De um lado, há as explorações modernas que batem *Record* nas safras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial, por meio do agronegócio. De outro, destacam-se a pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”, o “cabrestamento”.

Assim, no pensamento de Abramovay (1992), precisariam ser resolvidas questões fundamentais como a falta de políticas públicas estruturantes que possibilitem ao agricultor familiar produzir e colocar seus produtos no mercado, além das dificuldades de acesso à saúde e à educação por parte destes produtores.

A própria constituição da CFR Santo Agostinho foi promovida pela articulação dos camponeses organizados em associações, sindicatos, movimentos sociais, enfim, grupos subalternos para superar o isolamento. Porém, alguns jovens trabalham diretamente com as atividades ligadas às agroindústrias, aplicando atividades ligadas ao capital agroindustrial.

É possível reconhecer que, com o passar do tempo, as agroindústrias, os parceiros e/ou integrados desenvolvem a forma mais adequada de exploração que existe no capitalismo, que consiste no processo de exploração mais eficiente, pois os parceiros/integrados ficam sem absolutamente nenhum direito trabalhista (Skrzypczak, 2013).

Compreende-se que, no Oeste catarinense, a pequena unidade de exploração, inclusive de parte daqueles que são os sujeitos desta pesquisa, pode ter sido transformada em um simples ramo do processo produtivo da agroindústria, tornando-se fomentadora de matéria-prima, sob o comando do capital.

Como foi ressaltado anteriormente, os jovens partem para a cidade para trabalhar na agroindústria, isso porque essa se articula com a produção na cidade, muitas vezes absorvendo a mão de obra dos filhos do campo, além de transformar a renda da terra dos camponeses em um exponencial lucro para o capital agroindustrial, pela exploração e espoliação.

Muitas vezes, a insuficiência da rentabilidade do campo para manter, por exemplo, o padrão de consumo, e até mesmo garantir a sobrevivência, pode fazer com que jovens migrem para a cidade, para se tornarem assalariados, o que fortalece o processo de esvaziamento e envelhecimento do campo, além do próprio processo de masculinização.

Ademais, os espaços do campo são, em virtude da exigência da produção industrial, forçados a potencializar, ou “maximizar”, sua produção, especializando-a, favorecendo o capital em prol do processo de globalização, do agronegócio, para atender as demandas existentes do capital. Nesta lógica, o capital busca alargar a produção, não respeitando os anseios daqueles que os cercam. Consequentemente, o campo se adapta àquilo que o urbano determina, sobretudo o setor secundário da economia.

Segundo Ben e Schlosser (2012), as inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas, que passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos. A agroindustrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação da produção e do trabalho no campo. Nota-se que uma parcela significativa das unidades de exploração dos entrevistados adota o processo de tecnificação da agricultura, ou modernização da agricultura, a serviço daquilo que se domina agronegócio, em âmbito mundial, respeitando as cadeias produtivas desse mercado desagregador e predatório.

Obedecem, portanto, tanto o sistema fordista⁶ quanto o toyotista⁷, com a obtenção de matéria-prima num tempo menor, com espaço reduzido, com qualidade e produtividade, além da flexibilidade às mudanças e às crises sistemáticas do capital. Os sujeitos desta entrevista possuem atividades vinculadas à lavoura, pocilgas e também aviários, para a produção confinada.

Esses pequenos camponeses familiares integrados tornam-se dependentes das inovações do processo produtivo realizado pelas agroindústrias; portanto, ficam obrigados “... a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras” (Espíndola, 1999, p. 104), sendo que essas mudanças vão além do interior da empresa, dominando o saber adquirido pelo produtor.

Um grupo significativo dos entrevistados tem vínculo como associado de agroindústrias, como camponeses familiares que vivem com sua família constituída juntamente com os pais, que normalmente são aposentados e também os auxiliam no processo produtivo das diferentes atividades, ajudando a cuidar dos aviários, das pocilgas, da lavoura; ou dos netos quando não têm possibilidade de trabalhar externamente, realizando tarefas domésticas ou em torno da residência, produzindo os alimentos para a subsistência.

Desta maneira, as bases materializadas como explorações modernas são destacadas na região Oeste de Santa Catarina com as agroindústrias. Os jovens entrevistados destacam que a CFR, como política pública e de movimento, foi trivial para o seu desenvolvimento humano e como trabalhadores do campo, garantindo os laços com o campo, tanto de permanência quanto de retorno.

Dois dos entrevistados tiveram a experiência de ter ido para a cidade e trabalhado em uma agroindústria. O jovem I ressalta:

... jamais gostaria de ter ido para a cidade, mas tudo é uma experiência. Estávamos endividados em casa, pois o pai estava muito doente, tanto é que depois acabou falecendo.

Assim tive que trabalhar fora, para ajudar a pagar as dívidas deixadas por ele e também de financiamentos. Tivemos que vender uma parte da terra. Hoje voltei por que aqui é o meu lugar (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Percebe-se que, além do processo de modernização que estampa o processo de êxodo rural, as motivações para a saída do homem do campo podem estar relacionadas, como no exemplo do jovem I, com a falta de condições econômicas em que muitas famílias desse espaço se encontram; há, também, a questão da falta de regularidade climática para a própria subsistência em alguns casos, a falta de estrutura de saúde e de educação. Não menos relevante, verifica-se o próprio fator de atração da cidade. No entanto, no caso do jovem I, ele retorna à sua unidade de exploração.

Em relação ao espaço em que vivem, 70% dos jovens permanecem no campo. Da amostragem, 30% vivem na cidade, mas ainda possui uma área de terra no campo em que desenvolvem atividades no fim de semana. O jovem J comenta:

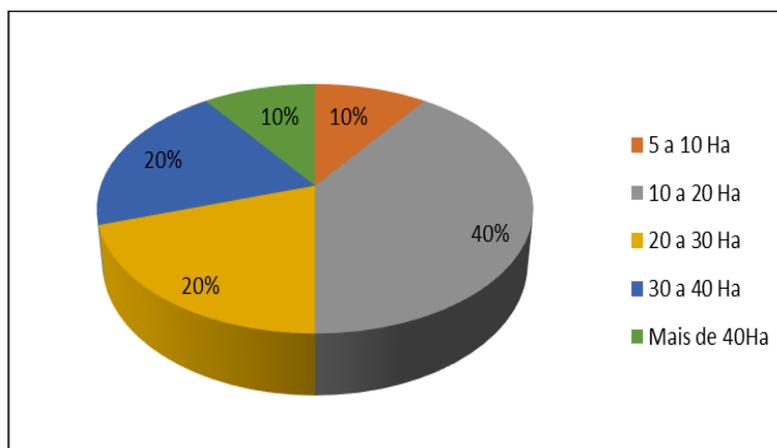
Embora eu more e trabalhe na cidade, eu tenho uma área de terra, onde praticamente todos os dias vou para lá, e nos fins de semana trabalhe, mais como uma atividade de lazer. Moro em um município pequeno de base agrícola. Posso também dizer que estou no campo (V. S., entrevista, 19 out. 2016).

Nesse sentido, Veiga (2013) destaca como rurais os municípios com até 50000 habitantes e menos de 80 hab/km², considerando centros urbanos aqueles com mais de 100 mil habitantes. Na primeira categoria estão 80% dos municípios brasileiros, em que residem cerca de 30% da população brasileira.

No caso específico da Região Oeste catarinense a base econômica vem do setor primário, com destaque para a agricultura e a pecuária. Cerca de 90% das unidades de produção possuem área inferior a 50 hectares (IBGE, 2006). O ciclo agroindustrial também contribui decisivamente para mobilizar a economia nas cidades de pequeno e médio porte da região Oeste catarinense. Quilombo, tem aproximadamente 11.022 habitantes, com cerca de 3.045 pessoas empregadas no campo em mais de 1162 unidades de produção, em 25.286 Ha. Além disso, possui uma densidade demográfica de 39,51hab/Km² (IBGE, 2022). A grande agroindústria gera cerca de 1960 empregos diretos (Agrimídia, 2012). Portanto, o Brasil é rural e suas sedes municipais são apenas cidades imaginárias, não podendo as políticas públicas dirigidas a esse público manter a dicotomia rural versus urbano.

Em relação à área de terra, de acordo com o gráfico a seguir, 10% dos entrevistados não ampliaram suas unidades de exploração, sendo que 70% dos entrevistados ainda continuam vivendo, junto com seus pais. Pode-se destacar que 30%, para efetivar a ampliação de sua área de terra, acessaram políticas públicas, como Crédito Fundiário e Banco da Terra.

Gráfico 2 – Média de área de Terra dos Entrevistados em hectare



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Além disso, 10% dos jovens da amostra não são casados e não possuem filhos. Destaca-se que 90% dos jovens egressos possuem filhos, e os colocariam na CFR Santo Agostinho desde que houvesse vontade destes em frequentar a instituição.

Quando aos dados apresentados pelo gráfico 2, percebe-se que os entrevistados possuem área de terra menor do que 4 (quatro) módulos rurais, o que corresponde a menos de 80 (oitenta Ha), sendo classificados, segundo o IBGE (2006), como agricultores familiares. Desta forma, o processo de precariedade do campo brasileiro se apregoa a partir da área de terra, uma vez que, quanto menor a quantidade de terra, menor tende a ser o processo de valorização dos camponeses na busca de políticas para melhorar sua situação socioeconômica. Mas, nesse terreno de resistência, o jovem G, destaca:

... mesmo possuindo uma pequena área de terra, consigo sobreviver, produzindo alimentos de forma sustentável, sem agrotóxico, em uma lógica de respeito ao meio ambiente, possibilitando, no meu caso particular, desenvolver a pluriatividade, quer dizer sou servidor público, mas não deixo de trabalhar no campo e, muito menos de estudar (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

Desta maneira, vão-se estruturando nesses egressos formas de resistência diferenciadas, tais como a citada no relato do jovem. A situação de precariedade resultou em um contra-ataque de resistência: camponeses centrados no trabalho familiar fazem frente ao agronegócio, mesmo que, em alguns casos, vinculados à agroindústria. A maior parte dos entrevistados comentava que grande porção das áreas de terra era dobrada, o trabalho era basicamente braçal e não havia políticas públicas para os camponeses na época.

Mas, também, tiveram ao longo da história dificuldades para construir e se constituir como forças que lutam. Gramsci (2002) afirma que ‘classes ou grupos subalternos’, pela sua condição de dominados política e culturalmente, têm grande dificuldade de se unificar e de construir instrumentos organizativos autônomos.

As iniciativas de unificação desses grupos são continuamente desarticuladas pela ação dos grupos dominantes (que também dirigem o Estado) seja por instrumentos de repressão, seja pela desqualificação moral e cultural. Se por um lado existe esse processo de sedução e persuasão, potencializadas pela ação da mídia, por outro, segundo Wizniewsky, Reinige e Cassol (2016, p. 252), observam-se técnicas, por exemplo, de classificação de sementes crioulas, em que os camponeses não se vinculam às agroindústrias ligadas ao agronegócio.

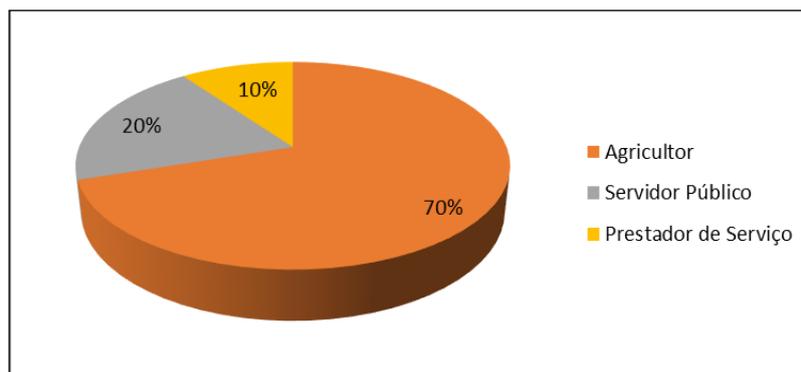
Assim, estabelecem relação intensa com o lugar; é por meio do processo de trabalho com a natureza que desenvolvem e fazem a reprodução social de sua vida, de suas identidades, passando esses saberes de geração para geração. A mãe C expõe:

Depois que o Nenê entrô na CFR, eu também comecei a fazer cursos na Igreja e na CFR, sobre ervas medicinais, sementes crioulas e também ele começou a gostar, tanto que é teve curso e trabalhos na CFR, para aprender a usar as plantas de casa. Hoje, ele e nós trabalhamos respeitando o meio ambiente, com a agroecologia e já ensinamos o nosso netinho isso. Sem a CFR acho que não conseguiríamos viver bem aqui. (A. W., entrevista, 18 out. 2016).

Percebe-se que a CFR fomentou a prática de relações não capitalistas e a valorização dos saberes passados de geração a geração.

No gráfico 3, são apresentadas as ocupações dos entrevistados, ou seja, o que eles vêm desenvolvendo em termos de atividades profissionais.

Gráfico 3 – Ocupações Profissionais dos Entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

No entanto, alguns se sobressaem como lideranças ativas, fazendo parte do conselho de administração no interior das agroindústrias. O trabalho é realizado e estruturado em prol do capital, uma vez que a estrutura articulada faz com que os camponeses sejam ludibriados pelos técnicos assalariados.

Normalmente, uma parcela significativa dos entrevistados, como foi mencionada, tem atividades ligadas à agroindústria, com pocilgas, aviários e também lavouras, silvicultura, merecendo destaque especial a produção de leite. Uma unidade de exploração não apresenta produção de subsistência, pois a área é de reflorestamento e o jovem trabalha como servidor público, frequentando sua propriedade nos fins de semana, para averiguar o crescimento das árvores, na atividade de reflorestamento. Um dos entrevistados, o jovem G, destacou a importância da pluriatividade:

... vivo no campo, trabalho meio turno como servidor público e consigo ser muito feliz nas atividades que realizo este espaço que vivo é de tranquilidade, de vida, de trabalho. Além disso, pelo fato de possuir uma unidade de exploração não distante da cidade, tive possibilidades de trabalhar lá e também de estudar. Vejo que consigo produzir para minha subsistência e sobreviver bem, tendo uma boa qualidade de vida para mim e minha família, produzindo de forma agroecológica (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

É compreensível que o campo vá apresentando algumas características distintas, uma delas é justamente a pluriatividade, que consiste na existência de espaços periurbanos, ou seja, um espaço onde as atividades do campo e da cidade acabam se mesclando, fazendo com que a população camponesa permaneça no seu espaço de vivência, exercendo paralelamente, no espaço da cidade, uma atividade que lhe proporcione geração de renda.

A pluriatividade é defendida por Baumel e Basso (2004, p. 140):

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. Desta forma, pode-se considerar que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas são mecanismos de desenvolvimento. Ambas contribuem para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção gere novos mecanismos de sobrevivência, de garantia de sua reprodução material.

No caso citado, o jovem acaba se proletarizando na cidade em virtude da condição de sua escolaridade (mestre em agroecologia), mas, ao mesmo tempo, continua garantindo sua permanência no seu espaço de vivência, por meio de atividades não agrícolas, garantindo e agregando renda à sua família, atuando também como coordenador de uma entidade (associação) de reciclagem de materiais.

A tendência de envelhecimento no campo também se constata nesta pesquisa, uma vez que fração importante das famílias dos sujeitos, como foi mencionado há pouco, possui no mínimo uma pessoa aposentada. Uma parcela significativa da amostragem possui dois aposentados em cada unidade de exploração, o que acaba melhorando a renda da família. No caso particular dos jovens egressos, entende-se, pela média de renda e pela qualidade de vida que possuem, que não são ricos, mas conseguem manter uma boa qualidade de vida, como será explicitado no trabalho. Em média, cada unidade de exploração tem renda estimada superior a 7 (sete) salários, juntamente com as aposentadorias.

De acordo com Souza (2002), uma das formas de os camponeses ampliarem sua renda é se fortalecerem inserindo-se em cooperativas, o que possibilita a comercialização de seus produtos superando o isolamento. A ampliação do processo de escolarização também é importante para o aumento da renda; segundo Gentili (2009), à medida que a população na América Latina se escolariza mais, também aumenta a sua renda.

De acordo com Aquino e Souza (2003), não se deve esquecer que, pela dimensão que assumiu no contexto nacional, o salário que os aposentados recebem no campo se transforma não somente na realidade deste trabalho, como também em programa social de distribuição de renda para homens e mulheres do campo, além de ser o principal fator de dinamização da economia de centenas de municípios de Norte a Sul do País, inclusive no município de Quilombo.

O envelhecimento é uma fase da vida tão importante quanto qualquer outra. Desta maneira, deve ser entendido também como reconhecimento de experiências para si mesmo e para os outros sujeitos. O jovem I esclarece:

... sem os nossos pais conosco, dialogando mostrando o que deu certo e o que deu errado, talvez não teríamos condições de dar sequência a este trabalho iniciado por eles aqui. Nossa missão é continuar aqui, fazendo aquilo que começaram, não é somente a herança de terra, mas também de vida, trabalho, labuta, de esperança daquilo que começaram. (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Bassit (2002, p. 184) alerta: “Envelhecimento deve ser compreendido como um período integrado a toda a existência vivida, na qual a velhice recebe diferentes significados em relação à vida inteira das pessoas”. Assim os idosos continuam a escrever sua história, sua cultura: pelo respeito que os mais jovens têm por eles como elementos fundantes para humanização, tanto de resgate da memória quanto de identidade, de valores produzidos pelos povos, na contramão do capital, que muitas vezes não os respeita.

A Educação do/no Campo é importante para perceber que parte dos diferentes contextos dos sujeitos do campo, respeitando-se sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, o que, na sociedade capitalista, normalmente não é respeitado (Arroyo, 2004, p. 14-15).

A identidade e a memória da escola do campo são definidas pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e em saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos (Brasil, 2002, p. 1). No caso dos pais jovens egressos, participam do grupo dos idosos, auxiliam na educação dos netos e, em épocas de pico de atividades, também ajudam os filhos. Além disso, ajudam financeiramente seus filhos e netos.

Outro dado evidenciado é o de que, na época de estudantes, havia num grupo de 33 jovens uma moça, o que pressupõe “o celibato no campo”, ou seja, o processo de masculinização, como destaca Silvestro et al. (2001, p.1):

... existe um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, mesmo no caso daqueles que vivem em unidades com rendimento econômico precário. Já, por parte das moças, ele aponta que há uma visão negativa no que diz respeito às alternativas profissionais. Dentre alguns aspectos levantados, a pesquisa destaca o baixo nível de

formação educacional. Com base na pesquisa, é ali que reside uma das explicações para o desinteresse das mulheres em continuar no campo, pois, muitas vezes, são forçadas a migrar para a cidade em busca de estudo e oportunidades. Aproximadamente 70 mil jovens, com idade entre 15 e 29 anos, deixaram o campo na última década.

O processo de masculinização do campo foi uma preocupação. O êxodo no campo nas regiões de predomínio da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina atinge populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Desse modo, dois processos tônicos começam a ser revelados no campo: o primeiro, ligado ao severo processo de masculinização; o segundo, ao envelhecimento das populações do campo.

Embora encontrem dificuldades para montar projetos profissionais na agricultura, os jovens ainda demonstram interesse em permanecer no campo. É preciso, portanto, aproveitar este potencial humano e utilizá-lo na renovação e no fortalecimento do campo. No entanto, aqueles que permanecem no campo, e que provavelmente serão os sucessores, possuem baixo nível de escolaridade, o que dificulta o desempenho e a gestão da atividade agrícola no Brasil, segundo Silvestro et al. (2001).

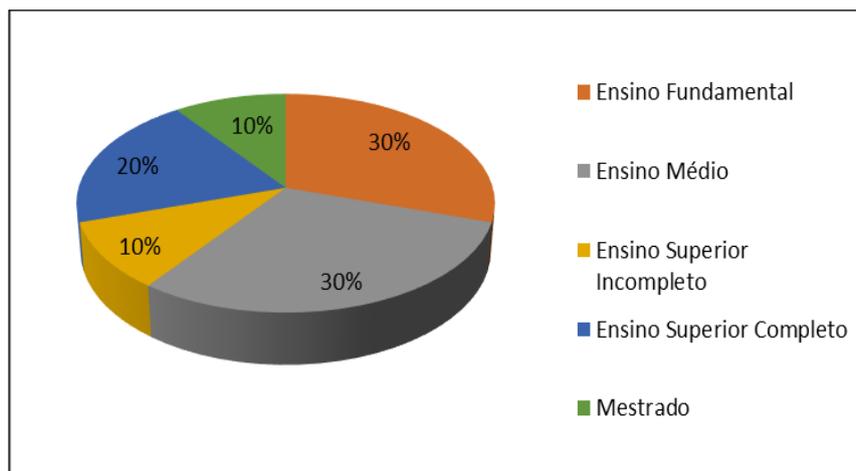
O baixo nível de escolaridade dos jovens do campo no Brasil dificulta, principalmente, a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o campo, como é o caso da produção agroecológica, da agroindustrialização artesanal, do turismo rural, dentre outras. No caso particular da CFR Santo Agostinho, a maior parte dos jovens egressos deu continuidade aos seus estudos. O jovem G refere:

Só continuei meus estudos, pois a CFR Santo Agostinho deu incentivo, me deu o suporte devido para mim dar continuidade aos meus estudos, me ensinou de forma diferente. Eu tinha muitos problemas na escola que eu estudava, tanto é que reprovei, mas voltei e não quis mais parar, pois tudo na CFR era bom. A CFR foi e continua sendo muito importante para mim. (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

Por outro lado, onde não existe escolarização, a mídia entra e manipula de forma sutil os conhecimentos e a cultura do povo campestre, torna-o sinônimo de atraso; há, também, aqueles que vão explorando técnica e economicamente esses sujeitos, impondo tecnologias, vendendo produtos que poderão trazer danos ao meio ambiente e a sua saúde. O nível de escolaridade atual desses jovens do campo muitas vezes compromete o próprio exercício da cidadania, à medida que não conseguem, sequer, ter acesso aos direitos legalmente constituídos; ficam de fora da luta por direitos públicos como saúde para prevenir, educação para não alienar, terra e moradia para viver, infraestrutura, com luz água e acesso.

O gráfico a seguir mostra o grau de escolarização e a importância que a formação na CFR Santo Agostinho promoveu na vida desses jovens, até mesmo no que se refere ao acesso a políticas públicas, o que poderia ser um limitante para outros sujeitos sem a formação na CFR. No que tange à escolarização, percebe-se que boa parte dos jovens deu continuidade aos seus estudos, mesmo tendo concluído o Ensino Fundamental na CFR Santo Agostinho.

Gráfico 4 – Escolaridade dos Entrevistados

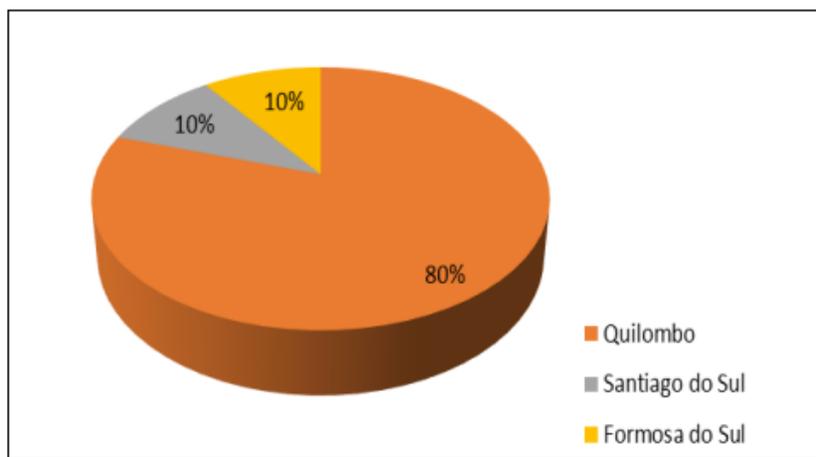


Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Uma parcela interessante dos jovens que foram entrevistados deu sequência aos estudos: 30% completaram o Ensino Médio, e 40% finalizaram o Ensino Superior ou o estão cursando – média superior a nacional. Destaca-se, também, que um jovem entrevistado concluiu mestrado, em Agroecologia.

É importante ressaltar que cerca de 80% dos jovens egressos deste trabalho vivem em Quilombo, segundo informação do monitor A, os demais, em cidades próximas, mas no campo, como se observa no gráfico 5.

Gráfico 5 – Município de residência dos entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor, 2017

Segundo o jovem C: “... um companheiro que estudava comigo atualmente mora no Rio Grande do Sul, no campo, e seguidamente nos encontramos para conversar, trocar experiências e, sobretudo, recordar os velhos tempos, inclusive é meu compadre” (G. R., entrevista, 20 out. 2016).

A formação recebida na CFR proporcionou aos jovens a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos, diferentemente daquilo que vemos no Brasil: segundo dados do IBGE, somente 11% da população adulta brasileira possuem curso superior. No entanto, cerca de 30% dos jovens dessa amostra de pesquisa possuem curso superior, sendo que mais 10% estão em processo de escolarização; outros 30% deram sequência aos seus estudos.

O Brasil, em termos de educação pública, gratuita e de qualidade, foi alvo de inúmeras lutas, como a pôr uma Educação do/no Campo que respeite suas peculiaridades. Entre as suas contradições, está o fato de formar cidadãos e prepará-los para o mundo do trabalho. Infelizmente, no Brasil, historicamente o fomento da educação se deu em tempos e espaços organizados para a lógica das relações capitalistas, deixando as populações camponesas à margem do direito do conhecimento e da escolarização.

A Educação do/no Campo sinaliza a construção de um projeto de educação para os trabalhadores do campo, que analise suas contradições no espaço de trabalho, como também nas organizações sociais. Segundo Molina e Sá (2011), esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do/no Campo.

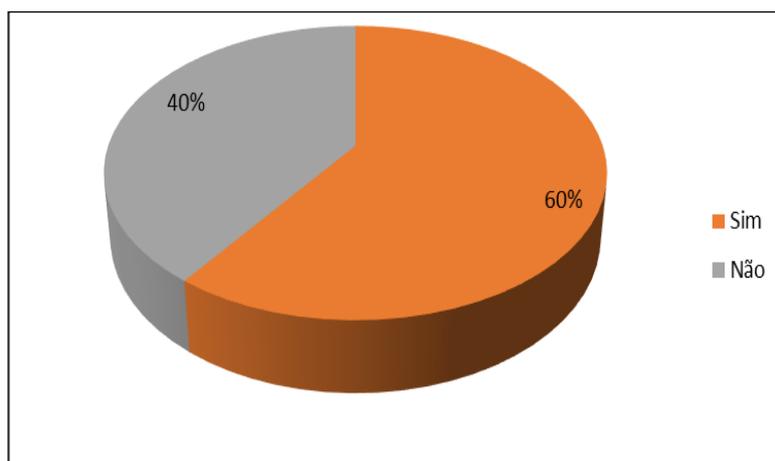
Se percebe, desta maneira, que a maior parte dos jovens, mesmo aqueles que vivem na cidade, não se distanciaram do local onde forma protagonistas de suas histórias da sua luta, da

sua memória. Mesmo vivendo na cidade, tem relações íntimas com o campo. Aqueles que moram em municípios vizinhos, tem essa ligação.

Cerca de 80% dos jovens egressos concentram-se no município sede da CFR Santo Agostinho, Quilombo. Essa proporção foi estimada a partir da localização informada pelos monitores e demais jovens que frequentaram a instituição. Mesmo fora desse contexto, é importante destacar as falas dos monitores: elas evidenciam que cerca de 70% dos jovens estão no campo. Além disso, aproximadamente 10% dos jovens da primeira turma não residem na região Oeste catarinense, estão em locais mais longínquos; alguns ocupados com atividades na agricultura, e outros, na cidade.

Destaca-se que significativo percentual dos jovens entrevistados participa em associações, na comunidade, em cooperativas, sindicatos e, como se observa no gráfico 6, 60% são filiados a partidos políticos.

Gráfico 6 – Filiações Político-Partidárias dos Jovens Egressos



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Nesse sentido, a Educação do/no Campo faz com que os sujeitos de forma geral, até pelo processo de usurpação de direitos pelo Estado, lutem de forma contínua por dignidade no trabalho, na saúde, na educação, na moradia, na infraestrutura, enfim, nas diferentes áreas.

No caso específico deste estudo, os sujeitos em questão têm envolvimento direto nas questões comunitárias, todos os entrevistados se envolvem de uma forma ou de outra nas diferentes esferas de participação social. São lideranças envolvidas na igreja, no sindicato, em pequenas associações e cooperativas, nas agroindústrias. O gráfico anterior esboça essa

realidade em termos de filiações partidárias; evidentemente que, sendo lideranças nas comunidades locais, têm despertado o interesse pela política.

Os jovens egressos da CFR Santo Agostinho demonstram tônica vontade de permanecer no campo, por vezes vinculados com a agroindústria, amarrados ao processo de modernização da agricultura; veem como espaços de resistência os movimentos, as associações e os sindicatos.

Também, muitas vezes não acatam na íntegra as orientações das agroindústrias e até mesmo desrespeitam suas regras, por vezes produzindo seu frango em outro espaço que não o aviário, deixando de seguir algumas orientações dadas pelos técnicos, evitando o processo de padronização e reformas constantes da infraestrutura. Além disso, adotam a perspectiva de resistência pautada na agroecologia, em agrossistemas que se constituem como elementos importantes de resistências, como a subsistência alimentar.

Entende-se que esse processo de modernização vai absorvendo, liquidando cultura, economia, sociedade, família; mas as adaptações e a criatividade que existem no campo, por meio dos conhecimentos locais solidários, como a utilização de ervas medicinais, sementes crioulas, agroecologia, festas típicas locais, encontros com as famílias, serões, tecnologia adaptada para a produção para a pequena unidade de exploração, ou seja, mecanismos adequados à realidade, tecnologias não vinculadas ao pacote tecnológico: é isso que esses jovens pretendem, e, acima de tudo, fazer com que as próximas gerações também permaneçam, lutando.

O jovem A destaca: “... se meu filho tiver interesse em estudar na CFR, terá meu apoio, por que lá eu aprendi a ser gente, a conviver, a partilhar e a lutar” (A. S., entrevista, 17 out. 2016). O Jovem I, por sua vez, que trabalhou na cidade, destacou:

... em um determinado período eu tive que trabalhar no frigorífico, praticamente durante 11 anos, morava aqui mesmo ia de bicicleta, 4,5 Km, trabalhava das 18 horas da tarde até a 1 da manhã, mas isso não era vida, e hoje estou novamente aqui, para trabalhar e viver (S. L. B., entrevista 15 out. 2016).

Nesta fala, observa-se como o capital do agronegócio tenta abocanhar os jovens do campo pelo processo de alienação, uma vez que desde pequenos já foram sendo educados para a cultura da obediência e para as responsabilidades do trabalho, possuindo saberes práticos da roça, do trabalho pesado no interior da agroindústria, essenciais para a reprodução

e a acumulação do capital. Evidente que o jovem trabalhou por necessidade, por motivos de saúde e dívidas na família, mas sua vontade sempre foi permanecer no campo.

É possível identificar uma realidade adversa que existe no campo, espaço de contradições econômicas, política, social e cultural. Mas seus jovens seguem na busca do processo de harmonia com o meio ambiente, permanecendo no campo, conseguindo renda. Constata-se, pelos relatos da amostragem das entrevistas, que a CFR, nesse processo, responde às carências em termos de formação teórica, técnica e cidadã dos jovens e suas famílias, alavancando sua capacidade de escolha pelo campo.

A Educação do/no Campo nasceu precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque necessita cada vez menos de gente; a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida nas suas diferentes dimensões, necessidades, formas (Caldart, Kolling & Cerioli, 2002, p. 16).

Fica claro, pelo perfil desses jovens, que estão preocupados com a sucessão no campo, mas que seus filhos têm autonomia para decidir por suas ações: permanecer ou sair do campo. Destacam os sujeitos desta pesquisa que, antes de entrar na CFR, tinham pensado em sair do campo, mas hoje 80% desses jovens entrevistados não o faria.

É importante mencionar que os jovens entrevistados ressaltaram a relevância de participar em associações e cooperativas para buscar o fortalecimento coletivo dos camponeses, além dos sindicatos, para reivindicar direitos principalmente no que tange aos poderes públicos.

Considerações finais

A região Oeste de Santa Catarina, historicamente, foi concentrando o processo de agroindustrialização, fazendo com que a dinâmica do agronegócio, sobretudo no que tange ao pacote tecnológico proposto ou “imposto” pelo processo de modernização da agricultura, alterasse de forma exponencial as relações entre trabalho e capital. Isso, conseqüentemente, causou a especialização do espaço agrário, sobretudo com o sistema de integração. Muitas famílias foram expulsas para a cidade, mudando a estrutura de vida e, muitas vezes, submetendo-se à condição de proletárias nos espaços urbanos, na construção civil, como exemplo e principalmente, nas agroindústrias da região.

No contexto, percebe-se a amplitude da CFR Santo Agostinho, a partir das experiências evidenciadas na pesquisa, como a diversificação de atividades nas unidades de produção, na condição de liderança na comunidade, enfim garantido a subsistência familiar e a qualidade de vida. Essa análise do perfil dos jovens egressos demonstra que, mesmo aqueles que vivem na cidade, possuem qualidade de vida, com renda que é compatível à sobrevivência e continuamente se articulam para continuar lutando, resistindo reivindicando seus direitos, atuando como lideranças políticas, em sindicatos e organizações comunitárias.

Pelo perfil dos jovens egressos da CFR Santo Agostinho, uma parcela significativa dos jovens continua vivendo com os pais, e com renda que proporciona condições de vida adequáveis à sobrevivência. De acordo com o estudo uma parcela significativa dos jovens adota em suas unidades de produção familiar tecnologias modernas vinculadas à agricultura. Por outro lado, essa parcela de jovens realiza a produção de subsistência, abdicando do capital, ou seja, produz para a sua sobrevivência, numa lógica de resistência contra o sistema capitalista, em relações não capitalistas (mão de obra familiar, produção de subsistência, entre outros formatos).

Outro elemento importante apresentado pela amostragem da pesquisa identifica que uma fração significativa dos jovens revelou que a CFR despertou seu interesse para dar continuidade aos estudos: alguns concluíram o Ensino Médio; outros, o curso superior, a especialização ou, até mesmo, mestrado. Ainda, destaca-se o papel desses jovens na participação política dos municípios e nas comunidades que estão inseridos na condição de sujeitos integrantes do processo político-ideológico.

Portanto, esse recorte de pesquisa, expressa a contribuição da CFR Santo Agostinho para a formação dos Jovens do/no Campo, garantindo a sua permanência, como lideranças comunitárias, ativos nas decisões do município, dando continuidade aos seus estudos, se profissionalizando e vivendo com qualidade. Além disso, se percebe a sucessão no espaço da agricultura familiar, tanto com jovens mulheres e homens, que ficam no campo e incentivam os seus filhos a permanecerem.

É factual asseverar que, a Educação do/no Campo, sobretudo na CFR Santo Agostinho, é pautada na construção de um projeto social, de modo que os sujeitos envolvidos possam produzir condições materiais de existência com dignidade, com respeito aos seus anseios, potencializando os saberes que vão sendo repassados de geração a geração; também, na terra

não como sinônimo de bens materiais, ou de capital, mas como sinônimo de vida de produção social.

Referências

Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Hucitec.

Agrimídia. (2012, 09 de janeiro). *40% da produção da Aurora Quilombo é destinada para exportação*. Itu. Disponível em: <https://www.agrimidia.com.br/negocios/agroindustrias/40-da-producao-da-aurora-quilombo-e-destinada-para-exportacao/>. Acesso em: 14 ago.2024.

Aquino, J. R., & Souza, R. C. (2003). *Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Arroyo, M. G. (2004). *Formação de educadores e educadoras do campo*. MEC.

Bassit, A. Z. (2002). Histórias de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. In Minayo, M. C., & Coimbra Jr., C. E. (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 175-189). FIOCRUZ.

Baumel, A., & Basso, L. C. (2004). Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In Camargo, G., Camargo Filho, M., & Fávaro, J. L. (Orgs.). *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Ed. Unicentro.

Ben, M., & Schlosser, M. T. S. (2012). A territorialização do cooperativismo empresarial no Oeste paranaense. *Revista Pegada*, 13(2), 156-75. <https://doi.org/10.33026/peg.v13i2.1082>.

Brasil. (2002, 09 de abril). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Recuperado de: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf.

Caldart, R. S. (2012). *Pedagogia do movimento sem-terra*. (4. ed.). Expressão Popular.

Caldart, R. S., Kolling, J. E., & Cerioli, P. R. (2002). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>.

Espíndola, C. J. (1999). *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Grifos.

Frasson, M. (2014). *Alunos brasiguaios em Movimento na Tríplice Fronteira* [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Frigotto, G. (2012). *A produtividade da escola improdutiva*. (6. ed.) Cortez.

Gentili, P. (2009). O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação & Sociedade*, 30(109), 1059-79. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>

Gimonet, J.-C. (2007). *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs*. Vozes.

Gramsci, A. (2002). *Cadernos do Cárcere*: v. 5. O Rissorgimento. Notas sobre a história da Itália. Civilização Brasileira.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2006). *Censo Agropecuário: primeiros resultados – Agricultura Familiar Brasil: grandes regiões e unidades da federação*. Lei da Agricultura Familiar Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Quilombo-SC: Censo Demográfico 2022*. IBGE. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/quilombo/panorama>. Acesso em: 31 jan. 2025.

Löwy, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Cortez.

Mészáros, I. (1995). *Beyond capital – Towards a theory of transition*. Merlin Press.

Molina, M. C., & Sá, L. M. (2011). *Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto*. Autêntica.

Oliveira, A. U. (1991). *A agricultura camponesa no Brasil*. Contexto.

Silvestro, M. L., Abramovay, R., Mello, M. A., Dorigon, C., & Baldissera, I. T. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Skrzypczak, V. (2013). *A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim – SC* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Souza, V. F. (2002). *Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Recuperado de: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/253053>.

Sposito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-103. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100007>

Veiga, J. E. (2013). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (2. ed.) Armazém do Ipê.

Wizniewsky, C. R. F. (2010). A contribuição da geografia na construção da Educação do Campo. In Matos, K. S. A. L., Wizniewsky, C. R. F., Meurer, A. C., & David, C. (Orgs). *Experiências e diálogos em educação do campo*. UFC.

Wizniewsky, C. R. F., Reinige, L. R. S., & Cassol, K. P. (2016). Conservando saberes camponeses: a experiência dos guardiões das sementes criolas de Ibarama/RS. In Wizniewsky, C. R. F., & Mourad, L. A. F. A. (Orgs). *Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina* (pp. 241-257). Evangraf.

¹ Este estudo é fruto da dissertação de mestrado, intitulada “O Viver e o Produzir a partir da formação além da técnica: o caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997”, sendo essa a primeira CFR no estado de Santa Catarina, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão – Programa de Pós-graduação em Geografia e um recorte foi submetido na Revista Pegada.

² Refere-se à escola que se centra no professor como detentor absoluto do conhecimento, em que o conteúdo se baseia no esforço intelectual e na assimilação de informações, em alunos como bloco homogêneo, metodologias exaustivas e repetitivas, em avaliação que prima pela capacidade de memorização para decorar a lição, com prêmios e punições que estimulam a competitividade entre os alunos, alicerçado até por meio de castigos corporais, com atenção através da intimidação.

³ Refere-se à escola que se centra no professor como detentor absoluto do conhecimento, em que o conteúdo se baseia no esforço intelectual e na assimilação de informações, em alunos como bloco homogêneo, metodologias exaustivas e repetitivas, em avaliação que prima pela capacidade de memorização para decorar a lição, com prêmios e punições que estimulam a competitividade entre os alunos, alicerçado até por meio de castigos corporais, com atenção através da intimidação.

⁴ “Monitor” se designa ao profissional que atua na CFR trabalhando diretamente com o jovem e sua família.

⁵ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

⁶ O fordismo caracterizou-se pela exploração intensa do trabalhador. Visto como simples apêndice da máquina, o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado, mal pago, intenso e embrutecedor, existente como peça fundamental para o aumento do lucro capitalista. Quanto maior a exploração e menor a remuneração, maior seria o lucro porque maior é a mais-valia, que é o ganho do capital sobre o trabalho, do trabalho sobre o não trabalho.

⁷ O toyotismo elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Oculta, porém, a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital, que, por não ter limites, configura-se como ontologicamente incontrollável (Mészáros, 1995).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 05/02/2024
Aprovado em: 09/10/2024
Publicado em: 18/03/2025

Received on February 05th, 2024
Accepted on October 09th, 2024
Published on March, 03th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Monteiro, L., Skrzypczak, V., Schlosser, M. T. S., & Flores, C. R. (2024). Os pioneiros egressos da primeira turma de formados na primeira Casa Familiar Rural – CFR Santo Agostinho - Quilombo - S.C. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18618.

ABNT

MONTEIRO, L.; SKRZYPCZAK, V.; SCHLOSSER, M. T. S.; FLORES, C. R. Os pioneiros egressos da primeira turma de formados na primeira Casa Familiar Rural – CFR Santo Agostinho - Quilombo - S.C. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18618, 2024.